



Elenice Assis - Floresta Viva
J F Kibler - Floresta Viva

Junho de 2007

A reflexão exposta nessa apresentação foi desenvolvida pelo Projeto Floresta Viva, com base no acompanhamento da difusão do MFSPE em duas regiões do Estado do Amazonas

Os autores da reflexão são Elenice Assis do Nascimento (técnica florestal) e Jean François Kibler (engenheiro agro-economista e coordenador do projeto).

O Projeto Floresta Viva (PFV) tem por objetivo a promoção do manejo florestal sustentável com enfoque na produção e comercialização de madeira no Estado do Amazonas. Está sendo implementado pelo Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos (GRET) e a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (SDS), em parceria com a Escola Agrotécnica Federal de Manaus (EAFM), a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação tecnológica (FUCAPI), e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (IDSMA).

O projeto é co-financiado pelo Governo do Estado do Amazonas por meio da SDS, e através do GRET pela Comissão Europeia (prog. UE "Florestas tropicais e outras florestas dos países em desenvolvimento" - Linha orçamental B7 - referência do projeto : ENV/2004/081-658).

O projeto iniciou em junho de 2005, para uma duração de 36 meses.

ÍNDICE

1. OBJETIVO.....	4
2. O PROJETO FLORESTA VIVA - PFV.....	4
3. TRÊS SITUAÇÕES FUNDIARIAS ACOMPANHADAS.....	4
4. A REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA PARA PMFSPE DE PEQUENOS EXTRATORES DAS SEDES MUNICIPAIS : O EXEMPLO DE CARAUARI	5
4.1. Histórico	5
4.2. Avaliação relativa a viabilidade dos PMFSPE para motosserristas da sede municipal.....	5
4.3. Lições relativas a regularização fundiária.....	6
4.4. Perspectivas.....	6
5. A REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA PARA PMFSPE DE COMUNIDADES RIBEIRINHAS DENTRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO : O EXEMPLO DO PARAUARI (MAUES) .	6
5.1. Histórico (focado no rio Parauari).....	6
5.2. Avaliação relativa a viabilidade dos PMFSPE para comunidades de UC.....	7
5.3. Lições relativas a regularização fundiária.....	8
5.4. Perspectivas.....	8
6. A REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA PARA PMFSPE DE COMUNIDADES RIBEIRINHAS FORA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO : O EXEMPLO DO CURUÇA (BOA VISTA DO RAMOS).....	8
6.1. Histórico (focado no rio Curuça).....	8
6.2. Avaliação : dificuldades encontradas pelas comunidades para se beneficiar da IN, facilidades encontradas pelas empresas para se beneficiar da IN.....	9
6.3. Dois modelos.....	10
6.4. Denúncias	10
6.5. Lições relativas a regularização fundiária.....	10
7. PERSPECTIVAS.....	10

1. OBJETIVO

O objetivo desse *paper* é :

- ✓ socializar a avaliação feita pelo PFV de três situações de difusão do MFSPE no Amazonas
- ✓ propor encaminhamentos

2. O PROJETO FLORESTA VIVA - PFV

Período : maio 2005 a maio 2008

Financiamento : União Europeia, Estado do Amazonas (SDS)

Parceiros : SDS, GRET, EAFM, FUCAPI, IM

Objetivo geral :

- ✓ contribuir a viabilizar a proposta do Programa Zona Franca Verde de oferecer alternativas técnico-jurídicas de manejo florestal sustentável acessíveis as comunidades ribeirinhas e aos pequenos extratores das sedes municipais do interior, o seja a modalidade do manejo florestal sustentável em pequena escala - PMFSPE

Objetivos específicos :

- ✓ viabilizar e difundir a modalidade de MFSPE para as comunidades ribeirinhas e os pequenos extratores do interior do Amazonas
- ✓ contribuir no aprimoramento de políticas públicas relacionadas a difusão do MFSPE

Forma de atuação do projeto :

- ✓ acompanhar a difusão pelo Estado do MFSPE em três regiões do Amazonas
- ✓ a partir das observações, formular recomendações e sugestões para aprimorar a atuação do poder público (normas legais, assistência técnica, financiamento, fundiário ...)

Áreas de atuação:

- ✓ Alto Solimões (Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte) / jurisdição INCRA
- ✓ Calha do Jurua (Carauari) / jurisdição ITEAM
- ✓ Baixo Amazonas (Boa Vista do Ramos, Maues) / jurisdição ITEAM

Referência : portal da madeira manejada <http://www.florestavivaamazonas.org.br>

3. TRÊS SITUAÇÕES FUNDIARIAS ACOMPANHADAS

A promoção e a viabilização do MFSPE envolve varias dimensões e varias instituições. Em particular, as modalidades de otorga, regularização e controle dos direitos de acesso aos recursos florestais são uma questão central para viabilizar o MFSPE em beneficio das comunidades ribeirinhas e dos pequenos extratores.

Na área da jurisdição do ITEAM, o projeto acompanhou três situações :

- ✓ a difusão do MFSPE para pequenos extratores da sede municipal de Carauari
- ✓ a difusão do MFSPE para comunidades ribeirinhas na Floresta Estadual de Maues
- ✓ a difusão do MFSPE para comunidades ribeirinhas do Curuçá / Boa Vista do Ramos

4. A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA PMFSPE DE PEQUENOS EXTRATORES DAS SEDES MUNICIPAIS : O EXEMPLO DE CARAUARI

4.1. Histórico

2004 :

- ✓ a Associação dos Moveleiros e Extratores de Carauari – AMEC solicitou o apoio da AFLORAM para elaborar PMFSPE e legalizar a atividade dos motosserristas da sede municipal de Carauari
- ✓ a AFLORAM solicita a cooperação do ITEAM para viabilizar áreas estaduais onde seriam elaborados PMFSPE para os motosserristas
- ✓ a AFLORAM e ITEAM identificaram áreas para fazer uma primeira etapa de 20 PMFSPE, sendo as áreas próximas umas das outras para facilitar mutirão (exploração, transporte...). Fala-se de “condomínio florestal”.

2005 :

- ✓ o ITEAM regularizou áreas de 300 ha por meio de carta de anuência
- ✓ os motosserristas começaram a explorar os PMFSPE

2006 :

- ✓ alguns dos novos PMFSPE tiveram que ser suspensos devido a proximidade da UC (Resex Medio Jurua) e Terra Indígena em demarcação (Matatibens)
- ✓ início de substituição das cartas de anuência em títulos provisórios para alguns detentores de PMFSPE
- ✓ convenio AFLORAM – ITEAM para agilizar os processos de demarcação de novas áreas para fazer PMFSPE
- ✓ início de demarção e regularização (protocolo) das novas áreas
- ✓ dificuldades : parte da área escolhida não permite escoamento da madeira, confusão entre AMEC, AFLORAM e Prefeitura no processo das demandas e demarcações ...

2007 :

- ✓ os detentores de PM encontram as mesmas dificuldades na obtenção das LO
- ✓ a AMEC está articulando para conseguir uma chalana coletiva para facilitar o transporte da madeira oriunda dos PM

4.2. Avaliação relativa a viabilidade dos PMFSPE para motosserristas da sede municipal

Essa modalidade de PMFSPE de 300 ha em forma de “condomínio florestal” parece ser viável para incluir na legalidade “sustentável” (MFSPE) o setor dos motosserristas clandestinos da sede municipal, o qual abastece as movelarias e a construção civil do município.

Porem, as demoras na obtenção das Licenças de Operação – LO atrapalha os calendarios de planejamento e exploração dos PMFSPE.

A dificuldade de obtenção das ATPF (hoje DOF) foi superada por meio do teste de DEFOMF / ADECOMF.

Também podem acontecer dificuldades de financiamento.

4.3. Lições relativas a regularização fundiária

A outorga e regularização de terras estaduais para os motosserristas clandestinos das sedes municipais é uma opção interessante, particularmente na modalidade do chamado “condomínio florestal”.

Precisa aprimorar as consultas com as comunidades ribeirinhas (indígenas ou não) no momento da escolha das áreas.

Precisa aprimorar os mecanismos de verificação do respeito das UC, TI, e áreas de entorno.

Precisa definir as melhores modalidades de consolidação fundiária : CDRU, título provisório, título definitivo.

Precisa aprimorar as modalidades de cooperação inter-institucional na demarcação e processo de regularização das terras.

4.4. Perspectivas

Após uma avaliação mais aprofundada e aprimoramentos sugeridos acima, essa modalidade poderia ser ampliada a outros municípios do Amazonas.

5. A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA PMFSPE DE COMUNIDADES RIBEIRINHAS DENTRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO : O EXEMPLO DO PARAUARI (MAUES)

5.1. Histórico (focado no rio Parauari)

2003 :

- ✓ criação da Floresta Estadual de Maues – FLOEM (19/07/2003)
- ✓ elaboração do Plano de Gestão da FLOEM

2004 :

- ✓ validação pelas comunidades do zoneamento da FLOEM : tem uma área populacional com 16 comunidades (+ 3 comunidades no entorno)
- ✓ Tem 8 comunidades no Parauari (+ 2 no entorno)
- ✓ IDS Maues iniciou a elaboração de PMFSPE em terras “individuais” de moradores das comunidades do Parauari
- ✓ ITEAM faz um levantamento socio-econômico das comunidades do Parauari

2005 :

- ✓ ITEAM faz a demarcação e inicia a entrega de CDRU individuais nas terras “individuais” dos moradores
- ✓ a AFLORAM “retoma” a elaboração de PMFSPE nas terras individuais (teve muitos erros no trabalho desenvolvido pelo IDS) e protocola 17 PMFSPE no IPAAM.
- ✓ o IBENS realiza junto com AFLORAM uma sensibilização das comunidades entorno do tema do manejo florestal comunitário
- ✓ o Plano de Gestão da FLOEM ainda não é aprovado

- ✓ o Projeto Floresta Viva realiza um diagnóstico do setor madeireiro e da difusão do MFSPE em BVE Maues : constata-se a dificuldade da AFLORAM em difundir PMFSPE viáveis nas comunidades ribeirinhas

2006 :

- ✓ O Projeto Floresta Viva inicia nas comunidades do rio Parauari um trabalho de animação com os moradores interessados em fazer PM (geralmente motosserristas clandestinos já envolvidos na atividade). O objetivo é desenvolver uma metodologia de atendimento a comunidades que possa ser repetido em outras regiões do Amazonas. A metodologia alterna reuniões temáticas mensais nas comunidades (ex : conceito do MF, categorias de MF, regularização fundiária, procedimentos jurídicos e práticos de elaboração de PM, comercialização ...) e encontros inter-comunidades para identificar formas de viabilizar os futuros PMFSPE (ex : como tramitar juntos os PMFSPE, como comercializar juntos a madeira ...). Identificou-se umas 30 famílias interessadas em elaborar PMFSPE.
- ✓ Na análise feita com os comunitários, constata-se que o tamanho dos 17 PMFSPE protocolados (50ha) gera dúvidas enquanto a viabilidade deles. Os comunitários precisariam de áreas maiores para implementar PMFSPE com capacidade de geração de renda atrativa.
- ✓ Também foi constatado o interesse dos moradores em fazer PMFSPE individuais em terras coletivas, porém com a possibilidade de proximidade de PM para facilitar mutirão.
- ✓ O gargalo era então a falta de definição do ITEAM / IPAAM sobre a forma de otorgar os CDRU comunitários (ex : a nível de associações ? a nível de comunidades ? a nível do conjunto das comunidades da FLOEM ?...)
- ✓ No mesmo tempo, o IPAAM não entrega as LO para os 17 PMFSPE protocolados
- ✓ Criação do conselho gestor
- ✓ Porém, o Plano de Gestão da FLOEM ainda não é aprovado

2007 :

- ✓ O PFV organiza um treinamento sobre planejamento da colheita florestal e comercialização para os detentores de PM protocolados
- ✓ Os 17 PMFSPE ainda não recebem LO
- ✓ O processo de regularização fundiária (CDRU comunitários) continua parado por falta de definição, dificultando a animação iniciada pelo PFV, por falta de perspectivas concretas de implementação dos PMFSPE
- ✓ O PFV provoca várias reuniões de discussão com o ITEAM para tratar do assunto
- ✓ O PFV co-organiza junto com a SDS / SEAPE um seminário sobre regularização fundiária em Unidades de Conservação estaduais. O caso da FLOEM foi apresentado para discussão, entorno dos direitos de acesso e uso dos recursos florestais. O evento foi um sucesso ... porém, falta ainda formalizar encaminhamentos concretos.
- ✓ Hoje, tem 17 famílias com PMFSPE protocolados e não licenciados, e 30 famílias querendo fazer PMFSPE de porte maior na espera de uma definição sobre a gestão da FLOEM e a modalidade de regularização fundiária.
- ✓ O Plano de Gestão da FLOEM estaria por ser revisado

5.2. Avaliação relativa a viabilidade dos PMFSPE para comunidades de UC

As reuniões e discussão com os moradores das comunidades confirma “a priori” a viabilidade dos PMFSPE individuais em terras coletivas da FLOEM. (Porém, ainda fica por ser demonstrado: em particular tem-se dúvidas sobre a fatibilidade técnica de exploração devido ao relevo por exemplo).

As indefinições institucionais (IPAAM, ITEAM...) não permitem comprovar essa hipótese.

5.3. Lições relativas a regularização fundiária

Precisa definir as responsabilidades institucionais para gestão e regularização fundiária dentro das UC.

Precisa definir modalidades operacionais de outorga de CDRU comunitários que se adequem as realidades sociais locais e permitam o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.

5.4. Perspectivas

A organização do Seminário sobre Regularização fundiária nas Unidades de Conservação Estaduais, a Lei do SEUC e a lei de mudanças climáticas recentemente aprovadas criam condições favoráveis para aprimorar a atuação interinstitucional em prol de atividades produtivas sustentáveis nas UC, dentre as quais o manejo florestal em pequena escala.

6. A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA PMFSPE DE COMUNIDADES RIBEIRINHAS FORA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO : O EXEMPLO DO CURUÇA (BOA VISTA DO RAMOS)

6.1. Histórico (focado no rio Curuça)

1999 :

- ✓ tem 5 comunidades no rio Curuça
- ✓ criação da ACAF pelos motosserristas clandestinos das comunidades do Curuça
- ✓ elaboração do PMFSPE comunitário (PMC) a nome da ACAF (1999), após um trabalho de animação de vários anos desenvolvido por algumas instituições. O PMC foi implantado numa terra cedida em contrato de concessão de uso (CCU) municipal.

2003

- ✓ vários motosserristas clandestinos se desanimam (demoras, dificuldades devidas ao início da associação ...) e saem da ACAF, retornando na exploração clandestina da madeira
- ✓ A ACAF explora o PMC
- ✓ O CCU da área do PMC foi substituída por uma carta de anuência estadual.

2005

- ✓ A ACAF explora o PMC. Porém, os sócios da ACAF avaliam que precisam de mais volume de madeira para captar mercados, e para gerar uma renda atrativa para cada um deles.
- ✓ A AFLORAM elabora um PMFSPE no Curuça numa terra titulada (150 ha)
- ✓ o Projeto Floresta Viva realiza um diagnóstico do setor madeireiro e da difusão do MFSPE em BVE Maues : constata-se a dificuldade da AFLORAM em difundir PMFSPE viáveis nas comunidades ribeirinhas

2006

- ✓ A ACAF consegue uma UPA de 80 ha (ao invés de 50 ha).
- ✓ O Projeto Floresta Viva inicia nas 5 comunidades do rio Curuça um trabalho de animação com os moradores interessados em fazer PM (geralmente motosserristas)

clandestinos já envolvidos na atividade). O objetivo é desenvolver uma metodologia de atendimento a comunidades que possa ser repetido em outras regiões do Amazonas. A metodologia alterna reuniões temáticas mensais nas comunidades (ex : conceito do MF, categorias de MF, regularização fundiária, procedimentos jurídicos e práticos de elaboração de PM, comercialização ...) e encontros inter-comunidades para identificar formas de viabilizar os futuros PMFSPE (ex : como tramitar juntos os PMFSPE, como comercializar juntos a madeira ...). Identificou-se umas 28 famílias interessadas em elaborar PMFSPE.

- ✓ A AFLORAM junto com PFV iniciam a elaboração de 3 PMFSPE em áreas estaduais. Como parte da metodologia, cada solicitação de um comunitário para elaborar um PMFSPE é objeto de uma assembleia geral da comunidade, quem aprova e reprova, com ata assinada.

2007

- ✓ O PFV organiza um treinamento sobre planejamento da colheita florestal e comercialização para os detentores de PM protocolados
- ✓ O PFV elabora mais 9 PMFSPE no Curuçá
- ✓ O PFV protocolou no ITEAM e no IPAAM 6 PMFSPE elaborados. Não tem resposta até hoje.
- ✓ Recentemente entraram no Curuçá empresas propondo aos comunitários arranjos para elaborar, regularizar e explorar PMFSPE nas terras das comunidades. Essas empresas solicitam (e conseguem) cartas de anuência do ITEAM sobre terras de “familiares” ou de comunitários. A modalidade de manejo é empresarial. As modalidades de remuneração dos “detentores de planos de manejo” pelas empresas é desconhecida.
- ✓ As comunidades são divididas frente a essa situação, alguns deles encaminhando denúncias aos órgãos públicos
- ✓ As modalidades das empresas recentemente chegando no Curuçá são muito parecidas àquelas observadas em outros rios de Maues (Maues Mirim, Urupadi) :
 - As empresas estimulam a constituição de “sociedades” de moradores de comunidades para juntar áreas de exploração até 2000 ha se beneficiando das facilidades da IN 01/SDS para conseguir cartas de anuência (juntando varios lotes de até 500 ha).
 - Constata-se que essas empresas não tem dificuldade para conseguir as cartas de anuência e as LO... (quando os ribeirinhos detentores de PMFSPE não conseguem).
 - A exploração é feita por empresas especializadas, de forma mecanizada. Isso causa impacto ambiental que precisaria avaliar.
 - As toras abastecem serrarias de Maues articuladas com mercados exteriores, não contribuindo no abastecimento do municipio (movelarias, construção civil).
 - As informações levantadas sobre as modalidade de remuneração dos moradores detentores de PM deixam entender que os moradores recebem um parte infima do valor agregado.
 - De fato, nesses arranjos, o comunitário detentor do PM não participa da gestão sustentável da floresta
 - No final da operação, o comunitário se encontra com uma floresta explorada de baixo valor.

6.2. Avaliação : dificuldades encontradas pelas comunidades para se beneficiar da IN, facilidades encontradas pelas empresas para se beneficiar da IN

O preocupante nessa situação é constatar a facilidade das empresas em se beneficiar da IN 01/SDS para viabilizar modalidades de exploração que pouco beneficiam as comunidades.

Quando no mesmo tempo, constata-se de forma geral que as próprias comunidades não conseguem se beneficiar das modalidades desenhadas para elas na mesma IN.

6.3. Dois modelos

No final trata-se de escolher entre duas modalidades :

	Autorizações e/ou apoio do poder público	Justiça social	Impacto ambiental	Sustentabilidade
PMFSPE gerenciados pelos comunitários	Os comunitários não conseguem ser devidamente atendidos pelo poder público	Os comunitários conservariam uma parte significativa da renda	Exploração de baixo impacto	O que se pretende é que o PMFSPE gere renda anual permanente para os comunitários
PM empresarias em terras dos comunitários	Os empresários conseguem as autorizações públicas	Os comunitários recebem uma parte ínfima da renda	Exploração intensiva	O que a empresa pretende é gerar uma renda a curto prazo.

Nos assumimos que o objetivo do Programa Zona Franca Verde é de oferecer alternativas técnico – jurídicas que permitam “incluir” na legalidade os pequenos motoserristas das comunidades, gerar renda para aqueles afim de aprimorar a qualidade de vida, e manter a floresta em pé.

O que parece estar em discussão é **a capacidade do poder público em atender o público anunciado.**

6.4. Denúncias

Somos portadores de uma denúncia de uma parte da comunidade de Irmãos Remanescentes (Curuça) dirigida ao ITEAM, manifestando um sentimento de profunda injustiça enquanto ao atendimento recebido por parte do poder público.

6.5. Lições relativas a regularização fundiária

Precisa o poder público esclarecer ou re-afirmar qual é o público alvo do Programa Zona Franca Verde, dentro do qual as comunidades ribeirinhas e os pequenos motoserristas das comunidades.

Precisa o IDAM (elaboração de PM), o ITEAM (regularização fundiária) e o IPAAM (licenciamento e fiscalização) definir juntos modalidades eficientes de trabalho interinstitucional que permitam atender realmente as demandas das comunidades ribeirinhas.

A mais curto prazo, precisa agilizar a regularização fundiária e o licenciamento ambiental dos 9 PMFSPE protocolados respectivamente no ITEAM e no IPAAM .

7. PERSPECTIVAS

O Projeto Floresta Viva se coloca a disposição dos órgãos envolvidos, particularmente do ITEAM e da Secretaria de Políticas Fundiárias para contribuir a desenhar modalidades mais

eficientes e mais “justas” de atuação, em prol das comunidades ribeirinhas e dos pequenos extratores do interior do Amazonas.